

QUANDO A ESCRAVIDÃO DÓI... NA PELE BRANCA

João Gilberto da Silva Carvalho

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
(IFRJ – CAC)¹

Resumo: O texto articula conceitos básicos das Ciências Humanas e um acontecimento pessoal com o objetivo de demonstrar como sentimentos/ressentimentos podem emergir a partir da memória socialmente construída derivada de contextos significativos da vida brasileira. Autores como Le Goff (2003) Halbachs (2006) e Sá (2005) forneceram o aporte interdisciplinar necessário à condução da narrativa pelo viés da memória social. Com base na teorização de Sarlo (2007), o testemunho pessoal foi o caminho encontrado para expressar as dores da escravidão brasileira que, longe de ser um fato histórico circunscrito aos especialistas, continua viva e produzindo situações desconcertantes no dia a dia.

Palavras-chave: escravidão, memória, fatos sociais, fatos históricos.

Abstract: The text articulates basic concepts of Human Sciences and a personal event with the aim of showing how feelings/ hard feelings can emerge from the socially constructed memory derived from significant contexts of brazilian life. Authors such as Le Goff (2003) Halbachs (2006) and Samuel (2005) provided the contribution required for the conduct of interdisciplinary narrative by the bias of social memory. Based on the theory of Sarlo (2007), the personal testimony was the way found to express the pain of slavery which, far from being a historical fact confined to experts, still alive and producing disconcerting situations in everyday life.

Keywords: slavery, memory, social facts, historical facts.

Introdução

O objetivo do artigo se resumiu em articular temas tradicionais que animam as ciências humanas e uma ocorrência de caráter pessoal – um fato cotidiano que provocou incômodo no autor do texto. A intenção foi demonstrar como fatos sociais e históricos podem se manifestar no cotidiano, tendo como nexos causais a memória coletiva. A narrativa em primeira pessoa se apoia teoricamente na expressão cunhada por Sarlo¹, “força do vivido”, que destaca a importância do testemunho pessoal em contextos

¹ Professor do IFRJ – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. Atua em uma das linhas de pesquisa da especialização em Ciências Ambientais no *campus* Arraial do Cabo (CAC) e tem como campo de interesse e ensino os processos de representação e imaginário social. É doutor em psicologia pela UFRJ.

históricos densos. A escravidão do pelourinho acabou, mas a memória da instituição permanece ativa no conjunto de símbolos e representações que circulam na sociedade brasileira, a ponto de provocarem dores em pessoas de pele branca ou parda, como é o caso do autor.

Tal discussão derivou, no plano pessoal, de um conflito entre a memória oriunda dos estudos em diferentes níveis – a que produz e é produto de reflexões acerca de fatos históricos e sociais – e a memória pessoal, a que se relaciona à inserção de quem escreve o texto ao cotidiano dos fenômenos estudados. Algo próximo ao que se intitula “dupla hermenêutica” (DOMINGUES, 2003), ou seja, o envolvimento efetivo e afetivo do autor ao seu objeto, algo trivial nas ciências humanas. A intenção de compreender temas de alta complexidade evocando uma situação prosaica é amparada por tradições importantes: na sociologia, a teoria da ação de Max Weber (WEBER, 1979) ou a de Talcott Parsons (PARSONS, 1969); a teoria das formas de George Simmel (SIMMEL, 2005); na história, o paradigma indiciário de Carlos Ginzburg (GINZBURG, 2007) e a micro história de Jacques Revel (REVEL, 1998), para citarmos alguns.

A utilização de si mesmo enquanto objeto de reflexão acadêmica, entretanto, não é usual. A análise encapsulada no nível extremo da subjetividade parece ser restrita ao psicanalista e às modalidades de psicologia baseadas na introspecção. Durante muito tempo, para as ciências do homem, o indivíduo era uma espécie de anátema a ser superado. Argumenta Braudel (1969), por exemplo, que o indivíduo não tem acesso às estruturas mais profundas que movem e dão sentido à vida em sociedade – “história anônima, profunda e amiúde silenciosa” (ibid., p. 23). A divisão entre conjuntura e estrutura já rendeu debates acerbos e não é cabível aqui considerações a respeito.

A biografia foi amaldiçoada e relegada ao positivismo; a sociologia e sua coirmã, a psicologia social, é dirigida a grupos, comunidades, tribos, classes, identidades, alteridades, ou seja, processos de natureza social ampliada. Nos últimos tempos, porém, as biografias foram reincorporadas aos domínios da historiografia (BURKE, 1997), assim como a prosopografia tornou-se um importante filão da história social (FRAGOSO, ALMEIDA E SAMPAIO, 2007). É possível identificar em outras áreas abordagens que consideram a personalidade e, por uma questão de afinidade teórica, cito a teoria de minorias ativas de Serge Moscovici (1990). Porém, aqui o recorte é mais radical, uma vez que não se trata de um objeto no sentido estrito do termo, de algo que está fora, apartado do sujeito.

Uma situação que causou mal estar ao autor do presente texto é o ponto de partida para uma discussão sobre temas já clássicos às ciências humanas e cuja intenção é, sobretudo, problematizar o este incômodo narrado em primeira pessoa. Como é que um episódio aparentemente trivial pode se tornar mote para discussões de tamanha envergadura intelectual?

Primeiramente, a ação dos homens é imbuída de sentidos, ainda que as conexões possíveis não sejam percebidas pelos sujeitos que os (re) produzem, pois tais sentidos derivam de contextos sociais e históricos distantes de sua ação. Mesmo no antigo debate sobre a gênese do conhecimento – eu x objeto – é introduzido um elemento que compõe a chamada tríade do conhecimento – eu x outro x objeto (JOVCHELOVITCH, 2008). Norbert Elias (ELIAS, 1994) teorizou a respeito dos indivíduos e sua ação dentro do complexo leque de situações que a sociedade lhes permite, isto é, como entender as regras estabelecidas e “invisíveis” da sociedade e o espaço da criação pessoal.

Em segundo lugar, o pesquisador é produto do seu próprio tempo e, neste sentido, a dupla hermenêutica é apenas a expressão renovada de um postulado caro (e também já clássico) às ciências humanas: a impossibilidade de haver neutralidade em pesquisa. Não é de hoje que até as ciências exatas compartilham desta premissa, pelo menos em alguns setores, como no caso da física quântica, por exemplo, de que sujeito (s) e objeto estão sempre ligados e correferentes.

Por fim, a narrativa pessoal tem o que Sarlo (2007) qualifica de “força do vivido”, a densidade capaz de carregar a dramaticidade de um contexto histórico. Um relato que mobiliza operações de memória – a lembrança e o esquecimento – e segrega o que é passado distante e o que permanece presente, apesar do tempo decorrido. O passado que não se ultrapassa é atualizado em práticas e espaços compartilhados socialmente, não como farsa ou repetição histórica, e sim a partir de desdobramentos complexos que possuem origem comum.

Aqui se trata de um fato histórico crucial na vida da nação brasileira: a escravidão. Há várias situações cotidianas que ainda estão diretamente associadas ao período em que o comércio de homens negros era vital para a economia colonial/imperial brasileira. A exclusão, a injúria racial e o racismo são as formas mais conhecidas e teimam em persistir apesar de tantas mudanças que assistimos no Terceiro Milênio. Nesse sentido, a política de cotas é uma tentativa oficial de tentar diminuir a disparidade de oportunidades para a ascensão social. Os movimentos sociais e a mídia promovem campanhas e ações pontuais

contra os preconceitos derivados da cor da pele. As escolas inserem a histórica da África em seus currículos e combatem enfaticamente o *bulliying* racial. Há um débito contraído no passado e aqueles que podem cobrar ou a quem cobrar é motivo de intensa mobilização social. Em uma nação de mestiços, quem vai pagar a conta por uma dívida tão antiga? Mas não há como negar o legado de exclusão que persiste em nossos dias, sem contar a existência de situações que fogem aos holofotes e dizem respeito ao cotidiano, naqueles espaços em que o apelido, o assédio e a tortura psicológica campeiam; naqueles instantes que a teoria não consegue penetrar por diversos motivos, entre os quais, o formalismo e a distância acadêmica que mantém a respeito de fenômenos sociais efêmeros. A narrativa em primeira pessoa, opção aqui escolhida, procura estar despida da rigidez conceitual e desta forma abordar um acontecimento trivial, delimitado radical e arbitrariamente. E o que é possível obter a partir de tal perspectiva? Uma citação se encaixa bem no sentido de responder essa pergunta:

A exclusão vista como sofrimento de diferentes qualidades recupera o indivíduo perdido nas análises econômicas e políticas, sem perder o coletivo. Dá força ao sujeito, sem tirar a responsabilidade do Estado. É no sujeito que se objetivam as várias formas de exclusão, a qual é vivida como motivação, carência, emoção, e necessidade do eu. [...] É o indivíduo que sofre, porém, esse sofrimento não tem a gênese nele, e sim em intersubjetividades delineadas socialmente (SAWAYA, 2006).

Um debate redivivo

A história dos homens se faz a partir de sentimentos e ressentimentos. O que é significativo no plano pessoal guarda semelhança com processos que ocorrem em nível social, ou mais especificamente para o que aqui se pretende: os fatos sociais são capazes de provocar emoções duradouras, tanto quanto os que cada um de nós experimenta ao longo da vida.

Bastar um rápido apanhado historiográfico para afastarmos a possibilidade de arbitrariedade em tal afirmação: Chineses e coreanos possuem mágoas em relação aos japoneses desde a Segunda Guerra Mundial; os alemães carregam o fardo do nazismo assim como os franceses rediscutem a todo instante o colaboracionismo com o *reich*; as ditaduras latinas não são esquecidas, pois as pensões das viúvas e as desculpas oficiais não são capazes de aplacar a dor. Os exemplos são variados, uma tragédia aqui, um massacre acolá, são contextos que deixaram marcas profundas na memória de um povo e

não são esquecidos. Por assim dizer, são feridas que não cicatrizam apesar do tempo decorrido.

Bresciani e Naxara (2003) organizaram um livro que teoriza e reúne os ressentimentos na história e o subtítulo é o resumo do plano da obra: “indagações sobre uma questão sensível”. E poderíamos aduzir: Tão sensíveis a ponto de se transformarem em tabus (FERRO, 2003). Assim, tal como ocorre entre pessoas, a sociedade guarda muito bem em sua memória as ocorrências sensíveis. Evidentemente, não se trata de neurônios. A memória da sociedade é composta por uma base simbólica que se materializa em discursos, práticas e objetos; na socialização em variados níveis e na organização de espaços públicos que se transformam em “lugares de memória”, como veremos adiante.

No Brasil há, igualmente, feridas de lenta cicatrização. A escravidão é aqui o interesse principal, a questão sensível a ser discutida e pensada, pois o ignominioso sistema no qual homens foram transformados em mercadorias não ficou circunscrito ao passado colonial/imperial. O racismo e a exclusão social foram e permanecem a base da organização social brasileira e cujos desdobramentos, para o bem ou para o mal, acompanham-nos até hoje. Tamanha dimensão já chegou a levar pensadores brasileiros a aventarem a possibilidade de existência de uma formação social *sui generis* em sociedades marcadas pela escravidão – o escravismo colonial. (LAPA, 1980). Uma proposição que teve pertinência, durante muito tempo, às análises sob a perspectiva marxista.

Da proposta de branqueamento às políticas de cotas, o tempo se incumbiu de distorcer a dor, pois como disse Jedlowski (2005, p. 102) “diferentemente da memória individual, o poder da memória coletiva pode aumentar com o passar do tempo”. O país rediscute o passado e os debates esquentam as academias, embora seja difícil aquilatar o quanto sejam capazes de provocar mudanças efetivas na sociedade. Hoje não se enxerga no horizonte autores de renome com inclinação racista, tal como Oliveira Viana. Um estudo como o de Nina Rodrigues seria repudiado a começar pelo seu título – As Coletividades Anormais (RODDRIGUE, 2006). O que há nas prateleiras das livrarias são pesquisas baseadas em múltiplas abordagens, acompanhando as tendências da própria sociedade, algumas das quais questionam essas tendências e os esquemas explicativos derivados de uma ciência dezenovista.

Com efeito, os movimentos culturais e sociais, assim como ações públicas de afirmação e inclusão, promovem mudanças significativas e mexem com essa questão tão delicada. Da teoria dos três P's (pão, pau e pano) ao "escravo de ganho" ou à "brecha camponesa"; da mitificação à desconstrução de Zumbi de Palmares enquanto herói; os exemplos podem ser estendidos para exemplificar a diversidade histórica de perspectivas conceituais, muitas vezes contraditórias e que se distanciam das abordagens clássicas, sejam elas racistas (Oliveira Viana) ou romancizadas (Gilberto Freyre).

Os estudantes do segmento especializado (historiadores, sociólogos, educadores e pesquisadores em geral) dispõem hoje de muitos estudos e perspectivas inovadoras e não cabe aqui uma teorização extensa sobre o tema – até porque me faltaria a competência necessária para produzi-la. O que pretendo salientar, porém, é que tais pesquisas e obras acompanham a tendência atual de quebra de paradigmas. O estudo dos processos históricos de criação da nacionalidade ou a fragmentação identitária de nossos dias incorporam vozes que até então eram desconhecidas, como a da mulher, por exemplo. E tais mudanças, ainda que não imediatamente, chegam à sociedade pela via escolar ou cultural em seus diferentes níveis (peças, documentários, novelas, entre outros).

O quadro promissor de mudanças não me faz comungar, porém, da convicção de um eminente estudioso da escravidão segundo a qual a escravidão "tal como se expressou nas Américas ou na Antiguidade, não passa de tecido morto" (FLORENTINO, 2005, p. 10). Como instituição, sim; mas não se trata de um morto qualquer. A escravidão asiática do XIX ou a escravidão da Antiguidade europeia pode ter sido esquecida ou superada, tal como o tempo se incumbe de tornar anônimo certos cadáveres. No caso brasileiro, e arrisco dizer, latino, não há como esquecer a escravidão, pois se está morta, atua como um fantasma que clama justiça. Ela é objeto direto e indireto de políticas, aulas, livros, pesquisas, obras de arte, interações sociais, movimentos e manifestações inseridas no cotidiano brasileiro. Trata-se de um exemplo de memória coletiva, nos termos de Hallwachs (2006) – aquela de que não precisamos participar diretamente para sentir os seus efeitos, mas que é capaz de mobilizar símbolos e assim unir os membros da sociedade em torno de um sentido majoritário (consenso). Esta definição permite entender como é possível lembrar o que sequer foi visto. Ao descrever didaticamente as memórias da memória social, Celso Sá (SÁ, 2005) nos apresenta os diferentes tipos de memória que compõem a base do senso comum (representação social). A escravidão se relaciona a

todas elas – e não é à toa que ocupa lugar de destaque nos programas de pós-graduação em história (FLORENTINO, 2005).

Um debate bizantino?

O que me motivou foi um fato cuja dimensão é pessoal, isto é, uma situação que teve a força de provocar incômodo e não estava, por assim dizer, prevista – não como mote para escrever um artigo. Sensação que pode ser enquadrada no plano teórico do constrangimento, isto é, quando em situações de interação social há embaraços ou desconforto pela presença do outro (GOFFMAN, 2011). O meu depoimento é pessoal e a intenção foi relacioná-lo, e assim, compreendê-lo a debates que ocorrem no âmbito das ciências humanas, notadamente na sociologia, na história e na psicologia social, aos quais tomei conhecimento por dever de ofício e formação. Um depoimento que pretende inserção na categoria do testemunho⁷, a descrição cuja força deriva da própria experiência de vida (Sarlo, 2007). Testemunho de vida articulado a teorias, embora não se relacione a um objeto de pesquisa no sentido estrito do termo. Narrativa ancorada em uma memória coletiva impregnada de escravidão, cujo fascínio é historicamente permeado de culpa e ambiguidades.

Antes de descrever o fato pessoal, pretendo situá-lo no contexto das teorias.

A sociologia de Durkheim destacou a existência de uma consciência coletiva, diferente da consciência dos indivíduos e que se expressa por meio de fatos sociais – aqueles que se comportam como “coisas” (DURKHEIM, 1978). Serge Moscovici demonstrou que as sociedades pensam e a expressão deste pensamento é a representação social⁹. A aceitação destas teorizações enquanto premissas acarretam a conclusão de que as sociedades tenham consciência, memória, pensamento e sentimentos/ressentimentos. Então, as sociedades – como aqui já se afirmou logo de início – são comparáveis às pessoas, comportam-se como estas, embora a elas não possa ser reduzida. É bom frisar que não foi utilizado o termo indivíduo e sim pessoas – uma opção teórica, como será visto mais adiante.

O grande problema é que a sociedade está em todos, manifesta-se a partir de seus membros e não existe sem esses. No plano do sujeito individualizado, sabe-se que a memória está nos neurônios; que a consciência e o pensamento ocorrem na mente, tanto quanto os sentimentos e os ressentimentos; reservando-se aos poetas a metáfora do coração. Quando se considera memória, consciência e pensamento em termos de

sociedade, porém, a questão torna-se complexa, porque o veículo que os conduz é o próprio homem e suas criações.

A sociedade transcende os indivíduos, embora não exista *per se*. Por outro lado, a ideia de indivíduo, tal como na antiga concepção atômica – de unidade indivisível e ponto de partida da realidade – essa concepção que deriva dos sonhos do capitalismo nascente – trata-se de uma perspectiva datada. Hoje as ciências humanas tratam de sujeitos, subjetividades, pessoas – noções plurais que articulam a tríade do conhecimento: o homem, as coisas e os demais homens. Ou seja, a sociedade não existe sem os seus membros que só existem como são por pertencerem a uma determinada sociedade e compartilharem de sua cultura e história. Essas questões fazem parte da tradição epistemológica das ciências sociais e receberam tratamento apropriado ao longo do tempo. Por exemplo, Norbert Elias demonstrou cabalmente como a sociedade produz simultaneamente a semelhança – os padrões sociais – e a diferença, as individualidades (ELIAS, 1994).

Não obstante a teorização vigorosa de muitos autores, a dicotomia persiste. Em parte apoiada na lógica econômica do capitalismo e das ideologias que lhe dão suporte; de outra parte, há um consenso de que é um debate importante do ponto de vista acadêmico, o que lhe garante perenidade, principalmente em sociedades que valorizam o individualismo. Tornou-se senso comum encarar a dicotomia indivíduo versus sociedade como uma temática anacrônica, embora não haja sinais de que vá desaparecer do cenário intelectual, até porque sempre aparecem novos defensores. Curiosamente, para negá-la, é preciso deixar que não seja esquecida.

Fio condutor até agora, o caso pessoal é, portanto, uma clara manifestação deste “social” que se apresenta como quadro simbólico capaz de dar sentido a um acontecimento gratuito, desses que brotam a toda hora no cotidiano.

O rol das temeridades

Entre a teoria acadêmica e a realidade há uma distância considerável. A dramaticidade da vida muitas vezes escapa ao texto, exceto na literatura, que consegue captar as cores fortes da vida cujo rigor conceitual da ciência muitas vezes deixa escapar. Autores como Balzac, Tolstói, Machado de Assis, entre outros, conseguiram retratar o seu tempo de forma simultaneamente histórica, sociológica e psicológica, sem possuírem qualquer pretensão científica. Já o pesquisador muitas vezes não dispõe de licença poética

e nem pode fazer concessões que comprometam o poder heurístico do seu texto – a única cidadela possível em tempos de pós-modernidade, já que afirmações de caráter determinístico ingressaram no rol das temeridades acadêmicas.

Trata-se, é verdade, de outra discussão sensível, mas há outras modalidades não ficcionais que buscam expressar um fenômeno sem utilizar recursos ou expressões literárias. O depoimento, por exemplo, tem a força de articular o fato e a teoria e assim ser portador da emoção, das dores e paixões geradas em contextos sociais significativos. É importante destacar que a narrativa em primeira pessoa não é considerada aqui um problema acadêmico e sequer uma transgressão aos cânones da boa ciência.

O problema da objetividade faz parte de uma tradição epistemológica que se tornou anacrônica. Hoje, a ousadia metodológica está na ordem do dia, embora também não seja este o caso da presente reflexão. A pessoalidade não nos remete sequer ao individualismo metodológico, pois aqui se considera que o eu/nós seja simultâneo: o caso pessoal é simplesmente o recorte máximo de um contexto socialmente construído e só tem sentido a partir dele.

O fato que irei narrar é uma manifestação de brasilidade; que tem relação com a memória coletiva de um país chamado Brasil. O que significa dizer: Compartilhar símbolos e sentimentos recebidos pela via da memória social. Não haverá, e nem poderia haver citações para efeito de ilustração ou embasamento, já que se trata de uma situação pessoal e que pode, admito, ter surgido a partir de uma sucessão de interpretações equivocadas. Porém, o que aqui se discute não é o caráter “verdadeiro” da descrição e sim o incômodo, a perturbação causada por um encontro ao acaso, no qual a memória da nação se fez presente.

De uma nação que entre muitas outras questões delicadas/sensíveis carrega o peso da instituição da escravidão. Não sou negro, o que sei da escravidão deriva dos bancos escolares e a minha reação se entende a partir de uma nacionalidade forjada a partir da escravidão. Uma temática que habita a memória, a consciência e o pensamento do meu país – contexto tão marcante a ponto de provocar um turbilhão contraditório de sentimentos ainda vivos, pois como destacou Le Goff (2003), a memória é de fundamental importância para a constituição de identidades. Por tais motivos, a escravidão faz parte do nosso presente, não sendo apenas um dado relegado às curiosidades de um passado distante. A escravidão permanece viva e capaz de provocar sentimentos/ressentimentos.

A criação de uma identidade nacional requer tempo e negociação coletiva, até que um consenso se estabeleça (MOSCOVICI & DOISE, 1991) e seus membros estejam tão convictos de sua existência a ponto de deixarem de lado suas inclinações pessoais. A nação emerge de um complexo amálgama que agrega língua, território e cultura (HOBBSAWN, 2008). No processo, que é continuamente tensionado, a memória social é mobilizada para buscar nos mitos e símbolos o perfil nacional ideal. Não se trata, porém, de uma negociação abstrata. Interesses políticos e econômicos permeiam as confrontações simbólicas. De acordo com Sarlo (2007, p. 10) “o tempo próprio da lembrança é o presente”, sendo assim, a nação não passa de mitistória. Do tempo em que foi problema ao tempo em que se transformou em solução, a negritude, para o mal ou para o bem, consolidou-se como ponto central da identidade nacional.

A intenção não é provocar suspense, deixemos então um pouco a teoria de lado para narrar de vez o fato.

Turismo sobre a dor

Tudo começou por conta da ideia que surgiu em minha família acerca de como deveríamos passar as férias do meio de ano. A escolha foi aproveitar uns dias em um hotel fazenda. Descanso e boa comida, eis os elementos básicos da decisão. Como aqui o interesse não é a exposição (ou denúncia), o nome do estabelecimento e qualquer circunstância que permita a identificação serão omitidos. O máximo que se pode dizer é que está situado no Rio de Janeiro, na região que outrora foi muito próspera por conta do cultivo do café. Hoje a quantidade de estabelecimentos que explora esse tipo de turismo é grande, havendo várias faixas de preço e opções de lazer. Geralmente existe uma senzala e um casarão com mobiliário de época – o casarão e a senzala formam um par simbólico para a construção de vários mitos importantes para o Brasil. É possível desconfiar da suposta fidedignidade histórica destes empreendimentos, cujo objetivo é, como qualquer outro negócio, o lucro.

Sabe-se que riqueza do café deslocou-se para outros centros, em buscas de melhores oportunidades econômicas, principalmente para São Paulo e Minas Gerais, mas o legado histórico é grande no Vale do Paraíba fluminense. Na atualidade, o *boom* para esse tipo de negócio se desloca para o Vale do Jequitinhonha em busca de tradições quilombolas. O turismo passou a ser uma grande fonte de recursos para municípios estagnados há mais de um século. A casa grande e a senzala, assim glorificados, são

capazes de atrair multidões sequiosas por diversão e pela boa comida do interior. A ideia é fazer com que o visitante sinta a ostentação dos barões e o infortúnio de seus escravos. Como foi dito, é possível desconfiar do trabalho de reconstituição, até que ponto de fato utensílios, mobiliário, reformas e restaurações são capazes de despertar o espírito de uma época na imaginação dos visitantes. Mas desconfiança igualmente pertinente faz-se acerca de qualquer preservação de cunho histórico. Não é de hoje que o historiador abandonou a pretensão de retratar fielmente o que passou. Voltemos, pois, ao hotel fazenda.

A paisagem monótona de pastos e pedágios retirou nossa animação inicial. Por conta de um trânsito infernal, só conseguimos chegar à noite ao estabelecimento; exaustos e famintos. O ar fresco era um presente generoso oferecido pelo que resta da Mata Atlântica. E assim, logo que a papelada foi preenchida e as malas atiradas a um cantinho qualquer do belo quarto, imediatamente nos dirigimos ao restaurante. Podíamos nos movimentar com tranquilidade, já que não estávamos em alta temporada e havia poucos hóspedes.

O marketing do hotel se esmera em destacar a todo instante o cunho histórico do estabelecimento, refletido tanto nas instalações quanto no próprio cardápio, sem contar outros curiosos detalhes. O grande destaque é a feijoada, como era de se esperar. Aplacada a fome por vorazes garfadas, algo me chamou subitamente a atenção: Todos os comensais eram brancos enquanto os que serviam eram negros. Comentei o assunto com minha mulher, que também havia experimentado o mesmo estranhamento. Ainda assim, procuramos creditar à coincidência a situação. Afinal, há pessoas que precisam de trabalho, no caso, os garçons; e outras, precisam de descanso, nós. Simples assim, uma questão de mercado de trabalho. E logo esqueci o assunto (“outras, precisam de descanso, nós”). O desconforto foi logo trocado por novos confortos e aperitivos.

No dia seguinte, encontrei bem cedo um dos rapazes do restaurante. Eu fazia minha habitual caminhada e reconhecimento do local que, a propósito, é belíssimo. Avistei o rapaz que, na noite anterior, era garçom; agora, estava envolvido em outra tarefa, tinha o semblante focado e brilhoso de suor. A mesma roupa branca de época, de um tipo que talvez fosse usada por escravos no passado. Resolvi cumprimentá-lo e acrescentei: “Rapaz, você está em todas! Como trabalha hein”! Ele, sem entusiasmo na voz e com olhos baixos, quase murmurou: “É sempre um prazer servi-los. Nós temos muito prazer em servir pessoas especiais como vocês”.

Cada qual foi para o seu lado, após mais um tradicional cumprimento – “bom dia”. E novamente fui tomado pelo desconforto. Pensei: “Ora, são seis e pouca da manhã de sábado e o sujeito me responde desta forma! Prazer? Servir?” Suspeitei que fosse uma resposta decorada, produto de treinamento de pessoal, do tal marketing – tudo muito profissional e exato. Ou seria assim mesmo? Apenas uma conversa trivial? Mais um daqueles desconfortos provocados por uma situação de proximidade entre opressor e oprimido? Eu, branco, desfrutando; ele, negro, servindo. Será que a tal consciência política não nos deixa nunca em paz? E o resto da caminhada eu me dediquei a tais pensamentos.

Minha mulher novamente me recomendou cautela, embora eu tenha percebido que o relato havia lhe provocado também algum desconforto. Ela deixou escapar uma frase com algum grau de tristeza: “aqui, até parece que somos os senhores...” O céu sombrio, tão carregado, dizia ao meu coração reflexivo que ainda haveria mais.

No dia seguinte, uma apresentação de capoeira. À noite, o espaço foi arrumado em uma área ampla e bonita. Praticamente todos os hóspedes estavam ali, sentados em cadeiras dispostos em círculo. O espetáculo começou com a palestra de um mestre capoeirista. Jovens negros entoaram cânticos e dançaram a capoeira, o jongo, o samba de roda e o maracatu. Enquanto as velas e a chuva pelejavam, o ambiente adquiriu um ar soturno. Havia promessa no ar de chuva forte.

Encerrada a programação, fomos levados a um espaço que se apresentava como um museu da senzala e no qual diversos instrumentos e apetrechos receberam explicação histórica. Havia um mestre: um homem simples que exalava conhecimentos e dignidade. Orgulhoso de suas raízes, culto e bem falante, um estudioso do mundo africano e afro-brasileiro, deu-nos uma baita lição. Ainda posso ouvi-lo: “nós negros não precisamos de cotas ou ajudas deste tipo, tudo o que conseguimos desde os tempos dos nossos antepassados foi conquistado com muita luta. Não queremos ajuda e sim condições iguais”. Outra questão sensível.

A caminho do restaurante, mais ou menos uns vinte minutos após o encerramento, outra cena me provocaria novamente. Na penumbra de um espaço contíguo ao local do evento, o grupo de dançarinos negros e seu líder abriam *tupperwares* – potes de plástico utilizados geralmente para guardar comida. Procurei não especular e esquecer-los, pois ser chato é uma coisa, mas ter um superego chato é o cúmulo da chatice. Ainda assim, no dia seguinte, resolvi perguntar a uma funcionária do hotel sobre o conteúdo dos *tupperwares*.

“O que havia lá?” Ela respondeu: “Cachorro-quente, molho, pão. Eles ganharam para jantar...”. O ambiente escuro me trouxe à mente gravuras de tumbeiros: As agruras de alguém capturado à força e vendido como animal em terras distantes.

Eles são artistas regidos por um autêntico mestre – no sentido antigo da palavra mestre. Pensei: “Por que não foram convidados para jantar lá no restaurante? E se fossem brancos, eles seriam convidados a jantar ou comeriam cachorro-quente na semiescuridão?”

Talvez fosse mais profissional que, uma vez terminada a apresentação, guardassem seus apetrechos e simplesmente fossem embora. O hotel não tem obrigação de alimentá-los, eu sei, não há legislação com tal obrigatoriedade. O fato é que vê-los daquela forma, alimentando-se a partir de embalagens plásticas, em improvisados bancos e mesas, novamente me acometeu a incômoda imagem da escravidão. Imagens que derivam dos poemas de Castro Alves, das pinturas de Rugendas e Debret, dos filmes e novelas, entre tantas outras formas de representação que condensa em um único e tenebroso nome: tumbeiros. Um amálgama difuso e incômodo de imagens que me sugere dor e revolta e que me acompanham desde os tempos de infância até às denúncias de exclusão e preconceito que leio nos jornais. A imperiosa necessidade da psique humana de atribuir sentido é devoradora de imagens que circulam em sociedade. Neste sentido, o imaginário sobre a escravidão é uma fonte inesgotável de representações.

O capitalismo se nutre da criação constante de mercadorias e até o ser humano foi transformado historicamente em objeto de negociação no mercado. No caso do turismo histórico, todo o imaginário que envolve a escravidão é a embalagem com que se oferece o negócio, embora haja o risco de interpretações incômodas e reações como a que experimentei. Minha esposa foi taxativa: *não volto mais a esse lugar*. Não sei se os demais hóspedes experimentaram desconforto semelhante, pois não fiz e nem pretendo fazer qualquer tipo de pesquisa empírica para verificar a possibilidade. Como já disse, o incômodo experimentado é mais importante à discussão aqui empreendida que a própria veracidade do fato.

Da experiência, resta a convicção de que o passado do país está bem vivo e se mantém a partir de relações sociais pautadas na desigualdade, na exclusão e em um imaginário construído historicamente. O que poderia ser expresso ainda de outra forma: os lugares de memória, conceito do historiador Pierre Nora (NORA, 1993), articulam-se a um complexo emaranhado de símbolos e representações sociais que presidem nossas

interações no cotidiano. São laços que conferem sentido à vida em coletividades e nos permitem entender como é possível, por exemplo, a perpetuação da desigualdade. Os bolsões de pobreza que sustentam até hoje a riqueza do país estão relacionadas diretamente à escravidão, contexto que mantém e produz violência em escalas variadas, da miséria ao preconceito racial.

O que se pode concluir

Os manuais de metodologia prescrevem (prescreviam) a impessoalidade como o tom adequado à redação científica; a intenção seria a de conferir “imparcialidade” ao texto acadêmico. Tais recomendações pretendiam banir assim a principal marca da subjetividade, o eu. Eventualmente, algum autor consagrado se insurge contra a impessoalidade na escrita científica. Um bom exemplo é a narrativa que Georges Duby faz acerca de sua trajetória intelectual (DUBY, 1993). A busca por objetividade e neutralidade foram os cânones de uma ciência sem rosto e sem responsabilidades. A assepsia no trato com o objeto, principalmente quando se trata de objetos humanos, teve como consequência a alienação da consciência e a barbárie – no sentido de práticas que violam os direitos básicos das pessoas.

A divisão entre partidários de uma ciência subjetiva e aqueles que pregam a objetividade ainda motiva debates acalorados, assim como outros temas e instituições típicos de um passado que se torna cada vez mais distante. Hoje, com tantas mudanças em curso, a ciência tem sido pressionada a mudar seus parâmetros, havendo uma grande profusão de abordagens e metodologias que desafiam o saber oficial. Já foi o tempo em que somente as abordagens da antropologia eram consideradas extravagâncias.

Neste sentido, a associação entre uma discussão teórica “pesada” e um caso pessoal não se constitui em transgressão tão surpreendente assim. Ao refletir sobre uma situação incômoda que experimentei no hotel fazenda, pude compreender na pele uma discussão que me acompanha e marca do ponto de vista identitário.

Desta forma, uma questão que era puramente sociológico tornou-se psicossociológica, posto enredar afetivamente um domínio que se achava confinado ao meu conhecimento pessoal e acadêmico. Ou seja: usei a base teórica que compõe a minha formação intelectual para tentar compreender um sentimento/ressentimento que habita a memória de um país chamado Brasil e afeta a mim enquanto brasileiro.

Com efeito, a escravidão é tema recorrente em estudos dedicados à identidade brasileira. O artigo que ora é encerrado não propôs a cotejar tais estudos ou realizar algum tipo de análise empírica aplicada a um objeto de pesquisa. A intenção explicitada desde o início foi compreender uma perturbação pessoal e utilizá-la como ponto de partida para discutir temas caros às ciências humanas. Assim, vimos como a memória coletiva foi capaz de interferir nas interações face a face, evidenciando a lógica própria e autônoma da atividade social. Por força de símbolos compartilhados social e historicamente, a escravidão provoca ações e situações no cotidiano. De um lado, a exuberância da cultura negra como parte da sociedade brasileira, incensada a quatro ventos; de outro, a exclusão e o preconceito que provocam conflitos e situações de perplexidade a todo instante. Em meio a isso tudo, eu.

Referências

- BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre história**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1969.
- BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia. **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.
- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- DUBY, Georges. **A história continua**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- DOMINGUES, José Maurício. **Do Ocidente à modernidade**: intelectuais e mudança social. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Editora Abril, 1978 (Os Pensadores).
- ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- FERRO, Marc. **Os Tabus da História**. Rio de Janeiro Ediouro, 2003.
- FLORENTINO, Manolo (organização). **Tráfico, cativo e liberdade**. (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de & SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. (Organizadores). **Conquistadores e negociantes**: História de elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, Séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- GOFFMAN, Erving. **Ritual de Interação**: Ensaio sobre o comportamento face a face. Petrópolis/Rj: Vozes, 2011.
- GINZBURG, Carlos. **Mitos, emblemas, sinais**: Morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras. 2007.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- HOBSBAWM, Eric. **Nações e Nacionalismos desde 1780**: programa, mito e realidade. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

JEDLOWSKI, Pedro. Memória e a mídia: uma perspectiva sociológica. *In*: SÁ, Celso Pereira de. (Org.). **Imaginário e Representações sociais**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Os Contextos do Saber**: representações, comunidade e cultura. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

LAPA, José Roberto do Amaral (Org.). **Modos de Produção e Realidade Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1980.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2003. 5ª edição.

MOSCOVICI, Serge. **A máquina de fazer deuses**: sociologia e psicologia. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

_____. **Representações sociais**: Investigações em psicologia social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MOSCOVICI, Serge & DOISE, Willem. **Dissensões e Consenso**. Uma teoria geral das decisões coletivas. Lisboa: Livros Horizonte, 1991.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História**, São Paulo, nº 10, p. 07-28, dez.1993.

PARSONS, Talcott. **Sociedades**: perspectivas evolutivas e comparativas. São Paulo: Livraria Pioneira Moderna, 1969.

REVEL, Jacques (Organizador). **Jogos de Escala**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RODRIGUES, Nina. **As coletividades anormais**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2006.

SÁ, Celso Pereira de. As memórias da memória social. *In*: SÁ, Celso Pereira de (Org.). **Imaginário e Representações sociais**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Cia. das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SAWAYA, Bader Burihan. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. *In*: SAWAYA, Bader Burihan. **As artimanhas da exclusão**: Análise psicossocial da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2006.

SIMMEL, Georg. **As grandes cidades e a vida do espírito (1903)**. Mana [online]. 2005, vol.11, n.2, pp. 577-591. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v11n2/27459.pdf>>. Acessado em 16/11/2015.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.